



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Goiás, Nº 229 - Bairro Centro - CEP 30190-925 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br  
Andar: SS Sala: 04

## DECISÃO Nº 5124

Autos nº 0071435-36.2019.8.13.0000

EMENTA: CONSULTA. DIREÇÃO DO FORO. ISENÇÃO DE EMOLUMENTOS E DE TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - TFJ. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. ART. 20 DA LEI ESTADUAL 15.424/2004. ART. 98 DA LEI 13.105/2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC). ART. 107 DO PROVIMENTO CGJ 260/2013. DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. FORÇA COGENTE. SUBSÍDIO À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. LEI COMPLEMENTAR 59/2001, ART. 65, I. ARQUIVAMENTO.

Vistos, etc.

Trata-se de Ofício, pelo qual a Diretora do Foro de Palma, MM. Juíza de Direito *Larissa Teixeira da Costa*, solicita esclarecimentos sobre quais os critérios devem ser observados para a isenção de emolumentos e da TFJ: se todos os do art. 20 da Lei Estadual nº 15.424/2004 ou apenas os do CPC (1919932).

Este, o necessário relatório.

DECIDO.

*A priori*, importante registrar o teor do art. 6º do Provimento nº 355/CGJ/2018, que dispõe ser vedado o encaminhamento de consulta à CGJ por ordem de juiz de Direito e, *mutatis mutandis*, por encaminhamento direto de servidor, confira-se:

Art. 6º A CGJ responderá às consultas internas de forma subsidiária, sempre que não for possível ao juiz de direito ou ao diretor do foro dirimir a questão no âmbito de sua competência, observando-se que:

I - as consultas suscitadas por servidor da Justiça de Primeira Instância, em casos concretos ou sobre matéria jurisdicional, serão dirimidas pelo juiz de direito da unidade judiciária respectiva e competente;

II - as demais consultas administrativas, as referentes aos serviços auxiliares do diretor do foro ou que demandem solução uniforme no âmbito da comarca serão decididas pelo diretor do foro.

§ 1º As consultas administrativas encaminhadas à CGJ pelo diretor do foro deverão utilizar os meios eletrônicos institucionais para comunicação oficial disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do

Estado de Minas Gerais - TJMG.

§ 2º **É vedado o encaminhamento de consulta à CGJ por ordem do juiz de direito.**

§ 3º As consultas em desacordo com o disposto neste artigo serão devolvidas pela CGJ, sem o devido processamento.

(Sem grifo no original)

Não obstante, passo à análise do tema, orientando a Direção do Foro a observar o correto procedimento para a remessa de consultas a essa Casa Corregedora.

Colhe-se do art. 107 do Provimento nº 260/CGJ/2013 que "*os tabeliães e oficiais de registro têm o dever de observar os casos de isenção de emolumentos e da TFJ previstos no ordenamento jurídico vigente, nos termos do art. 30, VIII, da Lei nº 8.935/1994*".

Lado outro, tramita nesta Corregedoria-Geral de Justiça os autos SEI nº 0075917-61.2018.8.13.0000, em que é analisada a incidência do art. 98 do CPC às atividades notariais e de registro; referida relação processual foi instaurada em decorrência do Pedido de Providências nº 0004981-72.2018.2.00.0000, em andamento na Corregedoria Nacional de Justiça, no qual afirmou-se que a "questão objeto dos autos ultrapassa a questão meramente individual, uma vez que os efeitos da decisão são aplicáveis a todos os cidadãos do Estado de Minas Gerais que se encontram em igual situação", tendo sido decidido no mérito:

No que pese o esforço argumentativo, o Código de Processo Civil, editado posteriormente às referidas normas, além de ter repercussão em esfera nacional, é lei posterior, que como se sabe, por força do artigo 2º, §1º da Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, revoga a anterior "*quando seja com ela incompatível*".

Pois bem, o artigo 98, que introduz a Seção IV do Código Processual Civil, ao dispor sobre a gratuidade de justiça estabelece que ela compreende "*os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou a continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concebido*".

De forma que, não há dúvidas de que o protocolo de partilha indeferido pelo 1º Ofício da Comarca de Uberlândia, que ora se impugna, está devidamente regulado pelo transcrito artigo. Por opção legislativa, deferido no âmbito judicial o benefício da gratuidade de justiça, não há qualquer óbice ou necessidade de comprovação da condição de pobreza nas serventias extrajudiciais para o seu processamento sem o pagamento dos emolumentos devidos.

Não bastasse, o Plenário deste Conselho, por unanimidade, no julgamento da consulta nº 6042.02-2017, em 20 de abril deste ano, cuja relatoria coube a mim, ao estender os efeitos da gratuidade à escritura pública de inventário, partilha, separação e divórcio consensual quando processados diretamente nas serventias extrajudiciais, decidiu que "*a assistência jurídica é integral, e mais que isso, a assistência gratuita àqueles que dela necessitam, deve ser vista com um direito fundamental a concretizar, envolvendo também vias extrajudiciais de efetivação do acesso à ordem jurídica, sendo qualquer lacuna ou regramento em contrário inadmissível configuração de retrocesso, vedado por princípios constitucionais*".

Na hipótese desses autos, sequer há lacuna. A previsão é clara e não dá

margens para outra interpretação que não a extensão dos efeitos da gratuidade deferida judicialmente ao processamento de atos notariais.

Recorde-se que o acesso à justiça é um direito fundamental, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana, cuja obrigação de proteção cabe de forma essencial e indelegável ao Estado. Obstar de forma administrativa, pautado no julgamento discricionário do Tabelião ou mesmo do oficial de notas, quando o próprio juízo já deferiu a gratuidade, equivale violar os preceitos constitucionais.

Assim é que, julgo prejudicado o pedido liminar e, no mérito, com fundamento no artigo 25, inciso XII do Regimento Interno, **defiro o pedido para que o 1º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Uberlândia receba e protocole o ato formal de partilha referente ao processo judicial nº 4032716-62.2007.8.13.0702**, bem como para **determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais atualize as normas internas de forma a atender o previsto no artigo 98, §1º do CPC, dando posterior publicidade aos jurisdicionados sobre a extensão do direito à gratuidade de justiça aos atos notariais.** (grifos originais)

Significa dizer: a adequação do Provimento nº 260/CGJ/2013, nos exatos termos de seu art. 1.071, está em fase de submissão ao Comitê de Assessoramento e Deliberação da Corregedoria.

Logo, considerando que *"as decisões judiciais de caráter administrativo do CNJ são decisões dotadas de eficácia e cogência, e, como já pisado e repisado, de presunção de legalidade, de veracidade, são imperativos e auto-executáveis"*, que *"não se confundem com decisões jurisdicionais das quais cabe recurso, reforma ou mesmo duplo grau de jurisdição"* e que *"não são nem reformáveis nem apreciáveis por outros órgãos"* (CNJ - PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0001494-80.2007.2.00.0000 - Rel. JOAQUIM FALCÃO - 54ª Sessão Ordinária - j. 18/12/2007), mostra-se prudente o cumprimento da decisão emanada pelo Conselheiro Arnaldo Hossepian Junior no Pedido de Providências nº 0004981-72.2018.2.00.0000.

**Pelo exposto, em atendimento ao expediente encaminhado e como forma de subsídio para a solução da questão apresentada (Lei Complementar Estadual nº 59/2001, art. 65), encaminhe-se ofício à Direção do Foro de Palma, com a cópia dessa decisão, para conhecimento e providências cabíveis.**

Oficie-se.

Cópia da presente servirá como ofício, a qual deverá ser lançada no Banco de Precedentes - Coleção Geral.

Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2019

***Paulo Roberto Maia Alves Ferreira***  
***Juiz Auxiliar da Corregedoria***



---

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Maia Alves Ferreira, Juiz Auxiliar da Corregedoria**, em 15/07/2019, às 14:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2404747** e o código CRC **02692FD9**.

---

0071435-36.2019.8.13.0000

2404747v15